

O Tempo de Keynes nos Tempos do Capitalismo

Luiz Gonzaga Belluzzo*

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir o processo de construção do pensamento de John Maynard Keynes a respeito do capitalismo. Para tanto, discute-se as transformações econômicas, sociais e políticas sofridas no âmbito internacional, em geral, e inglês, em particular, que moldaram a realidade sobre a qual ele se propôs a refletir. Discute-se também a evolução dessas reflexões até a sua *magnum opus*, a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, em que são apresentados os limites e as possibilidades de uma economia monetária da produção.

Palavras-chave: Keynes, demanda efetiva, incerteza, convenções.

Abstract

This paper aims to discuss the process of construction of the thought of John Maynard Keynes about capitalism. Therefore, it discusses the economic, social and political transformations undergone in the world, in general, and in England, in particular, that have shaped the reality about which he reflected. It also discusses the evolution of these reflections until his *magnum opus*, The General Theory of Employment, Interest and Money, in which he presents the limits and possibilities of a monetary economy of production.

Keywords: Keynes, effective demand, uncertainty, conventions.

JEL Classification: B10, B22, B50, E44, E52, E62.

* **Luiz Gonzaga Belluzzo** é Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas e Patrono da Associação Keynesiana Brasileira.

1. Introdução

Escrever sobre John Maynard Keynes é assumir um duplo risco. Primeiro, há que arrostar o perigo de ignorar contribuições importantes que cuidaram da biografia e da obra de um dos mais importantes intelectuais da primeira metade do século XX. Esse risco é incontornável porquanto a bibliografia sobre Keynes e o keynesianismo é tão vasta quanto variada nos pontos-de-vista.

Em segundo lugar, há que escapar do equívoco de amesquinhar a obra de Keynes ao espremê-la no espartilho do debate contemporâneo, marcado pela ridícula pretensão de tornar a economia um arremedo de “ciência”, no sentido mais vulgar e popularesco que a palavra possa comportar.

Mais do que um economista, Keynes era um homem que pretendia falar em nome do interesse público e que acreditava no poder de persuasão das ideias. Para Maynard, assim o chamavam os discípulos de Cambridge, o estudo da economia – uma ciência moral – só valia a pena como um meio para a realização dos valores que a sociedade moderna promete, mas não entrega, aos cidadãos.

Este artigo tem o objetivo, assim, de tão somente discutir alguns dos aspectos centrais das reflexões de Keynes sobre o capitalismo, de forma devidamente contextualizada, tanto no que diz respeito ao momento histórico em que essas questões foram levantadas, como no que se refere às características basilares daquilo que Maynard chamara de uma “economia monetária da produção”, cuja condição de instabilidade lhe é imanente.

2. Os Tempos de Keynes

As três últimas décadas do século XVIII assistiram à eclosão de transformações econômicas e políticas que culminaram na Revolução Francesa e na Revolução Industrial. Séculos antes, o renascimento do comércio promoveu a corrosão da base econômica e social do feudalismo e deu origem às cidades mercantis, cuja diferenciação social foi construída a partir da força transformadora da burguesia comercial e financeira em ascensão.

Na esfera política, o tumultuado processo de formação dos Estados nacionais concentrou o comando nas mãos dos monarcas absolutistas e criou o espaço político propiciador do desenvolvimento dos mercados. Norberto Elias, em seu *O Processo Civilizador*, escreve a respeito das Monarquias Absolutistas dos séculos XVII e XVIII, afirmando que:

A hora da forte autoridade central na sociedade altamente diferenciada soa quando a ambivalência de interesses dos mais importantes grupos funcionais se torna tão grande e o poder é tão uniformemente distribuído entre eles, que não pode haver nem uma solução conciliatória nem um conflito decisivo entre eles. (Elias, 1939, p.148).

Talvez seja recomendável reler o *Leviatã* de Thomas Hobbes à luz do *Príncipe* de Nicoló Machiavelli. A Holanda, a Inglaterra e a França e seus Estados Nacionais disputaram as honras da liderança nessas transformações. O século XVII foi palco de sucessivos conflitos militares, políticos e comerciais entre os Estados Nacionais. No período situado entre o final do século XVII e o século XVIII, Londres acelerou sua escalada mercantilista, derrotando Amsterdã e Paris como centro comercial e financeiro. A supremacia britânica imposta ao mundo pelo pioneirismo e pelo monopólio da indústria tem origem na acumulação de riqueza mercantil e financeira promovida pelo Estado Mercantilista, apoiado na faina colonialista das exclusividades concedidas às Companhias de Comércio.

Eli Heckscher, no clássico *Mercantilism*, resume magistralmente a conformação do mercantilismo à inglesa. Heckscher afirma que a ingerência direta do Estado nas Companhias era quase imperceptível. Em suas palavras (1931, p.449): “Muito mais importante era outra

tendência: a de transferir às companhias as prerrogativas de poder próprias do Estado”. Talvez seja conveniente reler Adam Smith à luz do mercantilista James Steuart. O expansionismo mercantil inglês nos séculos XVII e XVIII tinha bases domésticas firmes no avanço da indústria da lã, o que conferiu mais qualidade aos tecidos de Lancashire vis-à-vis seus competidores franceses. Em 1651, foi promulgado o *Navigation Act* que dava prioridade à frota britânica nos negócios ultramarinos, com o propósito de bloquear o acesso dos competidores aos portos ingleses e das colônias.

A criação do Banco da Inglaterra em 1694 foi decisiva para transformação da riqueza fundiária em riqueza mobiliária - monetária e financeira - na etapa da chamada acumulação primitiva. No centro das ações do Banco estava a administração da dívida pública, pedra angular da regulação da moeda e do crédito na Inglaterra. A administração do débito público deu origem ao mercado de negociação de títulos públicos e fomentou, ao mesmo tempo, o surgimento do rentismo como categoria social e a disponibilidade de fundos para o desenvolvimento da manufatura. O crescimento da dívida pública suscitou a ampliação da base tributária do Estado que recompensava seus súditos com o protecionismo e a acumulação de reservas metálicas nos cofres do Banco da Inglaterra, garantia do papel de Londres como centro financeiro do mundo. Na realidade, foi o desenvolvimento da finança inglesa e a fixação de Londres como centro financeiro internacional que abriram caminho para o padrão-ouro e não o contrário.

No século XVIII, diz Eric Hobsbawm, a Inglaterra não era feudal em qualquer sentido, mesmo no que diz respeito à sua aristocracia enriquecida, portadora de uma mentalidade mercantil. Na composição das chamadas “classes médias” prevaleciam os grandes comerciantes, banqueiros e negociantes de dinheiro. A riqueza estava concentrada em torno de Londres e os industriais auferiam rendimentos muito inferiores àqueles obtidos pelos mercadores e financistas. Mais ricos e influentes do que os empresários da indústria eram os altos funcionários da coroa, os que se valiam de privilégios e sinecuras, soldados, magistrados, todos incluídos na rubrica de “offices of profit under the crown” (Hobsbawm, 1962, p.16). A Revolução Industrial foi uma ruptura radical com o passado no que diz respeito aos métodos de produção e à utilização das fontes de energia inanimada. As reservas de carvão foram decisivas para o “salto” da manufatura inglesa à frente de seus competidores. O aperfeiçoamento para fins comerciais da máquina a vapor de Thomas Newcomen por James Watt, de um lado, e a publicação por Adam Smith da Riqueza das Nações, de outro, no mesmo ano de 1786, fornecem testemunhos incontestáveis a respeito da radical ruptura ocorrida nos modos de produzir: a utilização da energia, a divisão do trabalho e as formas de regulação da vida econômica e social.

Na sua marcha, o industrialismo mercantil, mais precisamente o mercantilismo industrial britânico, promoveu a constituição das forças produtivas ajustadas à sua natureza irrequieta. Apoiado no sistema de máquinas, o novo sistema de produção carregou nos ossos o progresso técnico, moveu a divisão social do trabalho e engendrou diferenciações na estrutura produtiva, promovendo encadeamentos intra e intersetoriais altamente dinâmicos, considerando-se o padrão prevalecente à época. No livro *The World Economy*, Angus Maddison estima que, entre 1820 e 1913, a renda per capita na Grã-Bretanha cresceu a uma taxa três vezes maior do que aquela apresentada no período 1700-1820.

São umbilicais as relações entre a Revolução Industrial e a revolução nos transportes e nas comunicações. É reconhecida a mútua fecundação entre a constituição do setor de bens de produção - apoiado nos avanços metalurgia e da mecânica - e a expansão da ferrovia e do navio a vapor. As façanhas da grande indústria e de seu sistema de máquinas no século XIX anteciparam a *industrialização* do campo e o surgimento dos novos serviços funcionais

gestados no rastro da expansão da grande empresa industrial e promovidos pela racionalização e burocratização dos métodos administrativos.

Em sua expansão mercantil, pois, a Revolução Industrial inglesa destruiu os sistemas produtivos das sociedades milenares incorporadas ao Império de Sua Majestade, mas também constituiu uma nova periferia e impulsionou as industrializações retardatárias no continente europeu e na Nova Inglaterra.

Essa reordenação da economia exigiu uma resposta também pronta dos países retardatários. Para a Alemanha de Bismarck, para os Estados Unidos de Alexander Hamilton e para os japoneses da revolução Meiji, a industrialização não era uma questão de escolha, mas uma imposição de sobrevivência das nações, de seus povos e de suas identidades. A extroversão comercial e financeira constitutiva do capitalismo industrial inglês abriu espaço para a adoção de estratégias industriais nos Estados Unidos e na Alemanha, regiões em que a divisão do trabalho, as relações mercantis e as políticas dos Estados Nacionais haviam atingido um maior desenvolvimento relativo.

Entre as três últimas décadas do século XIX e a Primeira Guerra, a economia mundial foi abalada pelas transformações provocadas pela Segunda Revolução Industrial. Neste período, as inovações se associaram ao processo de centralização do capital patrocinado pela nova finança americana e alemã. O aço, a eletricidade, os motores elétricos, o telégrafo, o motor a combustão interna, a química orgânica e os produtos sintéticos, assim como a farmacêutica, revolucionaram as bases técnicas do “novo capitalismo” dos trustes e dos cartéis.

Essas inovações, quase todas destiladas das retortas alemãs e americanas, alteraram radicalmente o panorama da indústria, até então marcado pelo carvão, pelo ferro e pela máquina a vapor. A aplicação simples e empírica da mecânica que caracterizou a Primeira Revolução Industrial cedeu lugar ao padrão germânico e norte-americano de utilização sistemática da *ciência* nos processos produtivos.

Publicado em 1920, o livro *Industry and Trade*, de Alfred Marshall, discute o declínio do monopólio britânico na indústria e avalia o desempenho dos Estados Unidos, da Alemanha e da França. Marshall acentua dois aspectos que considerava decisivos para a liderança alemã e americana: 1) aplicação da ciência aos novos processos industriais na siderurgia – o processo Bessemer –, na química, na eletricidade e no motor a combustão; e 2) a reestruturação empresarial que acompanhou as transformações tecnológicas e produtivas.

Em *As Consequências Econômicas da Paz*, por sua vez, Keynes escreveu um parágrafo sugestivo a respeito da rápida transição da Alemanha de país “agrícola” para a condição de gigante industrial da Europa. Disse ele (1919, p.7):

Em 1870, a Alemanha tinha uma população de aproximadamente 40 milhões. Por volta de 1892, esse número subira para 50 milhões. Em 30 de junho de 1914, para aproximadamente 68 milhões. Nos anos que imediatamente precederam a guerra, o crescimento anual era próximo de 850.000, dos quais apenas uma insignificante proporção emigrava¹. Esse grande crescimento só foi possível por conta de uma transformação de longo alcance na estrutura econômica do país. De uma situação agrícola e em geral autossustentável, a Alemanha se transformou numa vasta e complexa máquina industrial, cujo funcionamento dependia do contrapeso de muitos fatores fora e dentro do País. Apenas operando essa máquina continuamente e a todo vapor, ela poderia encontrar ocupação para sua crescente população e os recursos necessários para comprar sua subsistência no estrangeiro. A máquina alemã era como um pião que, para manter seu equilíbrio, precisa rodar cada vez mais rápido.

¹ Em 1913 existiam 25.843 emigrantes da Alemanha. Destes, 19.124 foram para os EUA.

O capitalismo dos bancos de negócios e da grande empresa destronou a Inglaterra de sua preeminência industrial. A Segunda Revolução Industrial veio acompanhada de um processo extraordinário de ampliação das escalas de produção. O crescimento do volume de capital requerido pelos novos investimentos impôs novas formas de organização à empresa capitalista.

Na conferência pronunciada em 1927, no National Liberal Club, cujas notas foram recolhidas nos *Collected Writings* sob o título de *Liberalism and Industry*, Keynes chamou a atenção dos partidários do “Novo Liberalismo” para as transformações sofridas pela empresa e pela finança depois da Segunda Revolução Industrial. Para ele, os dias das pequenas unidades empresariais estavam terminados, “[...] em parte por razões técnicas, em parte por razões de mercado [...] Combinações no mundo empresarial e no mundo do trabalho estão na ordem do dia e seria inútil, além de tolo tentar combater isso” (Keynes, 1927a, p.642-43). Mais adiante, Maynard defendeu abertamente a tendência à formação de trustes e cartéis (“combines”) e passou a recomendar que o governo não só criasse regras estritas de regulamentação, mas também utilizasse as novas estruturas empresariais para garantir uma coordenação mais eficiente da economia sujeita às flutuações do investimento. Keynes vai além e sugere que a ação do governo se estenda à mediação das relações entre empresas e trabalhadores na definição de regras e fixação de acordos salariais. Segundo ele (1927a, p.646):

[O Estado] deve estar preparado para considerar a regulação dos salários dos grandes grupos industriais como sendo não apenas uma questão privada, de modo que ele deve tratar deliberadamente em suas políticas a melhoria do bem-estar econômico como o primeiro encargo sobre a riqueza nacional, ao invés de abandoná-la ao acaso das organizações e da barganha privadas.

A sociedade por ações tornou-se a forma predominante de estruturação da propriedade. Nos Estados Unidos e na Alemanha, os bancos de investimento e os bancos universais - na contramão dos bancos ingleses que concentravam suas operações no giro dos negócios e no financiamento internacional - passaram a avançar recursos para novos empreendimentos (crédito de capital) e a promover a fusão entre as empresas já existentes. Pouco a pouco, todos os setores industriais foram dominados por grandes empresas, sob o comando de gigantescas corporações financeiras. O movimento de concentração do capital produtivo e de centralização do comando capitalista reuniu enormes contingentes de trabalhadores nas cidades e tornou obsoleta a figura do empresário protagonista das inovações da Primeira Revolução Industrial, que confundia o destino da empresa com sua própria biografia.

A emergência dos formidáveis competidores tornou a manutenção do Império fundamental para atenuar o declínio econômico e financeiro da pérfida Albion. Mas, entre o final do século XIX e a aurora do século XX, as colônias davam sinais de inconformismo e manifestavam desejos de autonomia. Desde os domínios brancos, como Austrália, Canadá e Nova Zelândia, até as terras asiáticas e africanas, as rebeliões se sucediam.

A Guerra dos Boers de 1899 foi um golpe duro na hubris britânica e encontrou Keynes nas hostes pacifistas. As consequências políticas de uma guerra sangrenta vencida com extrema crueldade, a despeito das desproporções de forças entre os colonos de origem holandesa e as tropas inglesas, podem ser avaliadas pela profusão de manifestações de oposição popular.

Foram muitas as vozes literárias e políticas que auguravam um futuro sombrio para o Império Britânico. Se Maynard perfilhou as posições pacifistas, entre os conservadores não faltaram vozes pessimistas que bradavam a decadência dos tempos eduardianos. O poeta Rudyard Kipling passou da exaltação da força civilizadora da Inglaterra em plagas distantes e

bárbaras para a agressiva denúncia do esmaecimento das virtudes imperiais. O liberal Chesterton observou que Kipling amava a Inglaterra não porque ela fosse inglesa, mas porque ela era grande e poderosa e quando a grandeza parecia faltar, seu amor tornou-se rancoroso (Hynes, 1968). O historiador Geoffrey Barraclough, no livro *Introdução à História Contemporânea*, lembrou que os mais renitentes das classes dominantes insistiam em encontrar fórmulas para harmonizar as pretensões das colônias e a necessidade de manter o Império íntegro. Percebiam que sem o Império a Inglaterra estaria condenada a se transformar numa potência de segunda classe, diante da escalada dos Estados Unidos e da Alemanha.

Já no final do século XIX, na Era do Imperialismo, a intervenção estatal na esfera econômica, com destaque ao protecionismo comercial, anunciava a ascensão das burguesias nacionais dos países retardatários - como os Estados Unidos e a Alemanha -, que empreendiam seus processos de industrialização no interior da *Pax Britannica*. A politização dos processos econômicos e a agudização dos conflitos interimperialistas – ainda camuflada sob o véu ideológico do mercado autorregulado - foram as marcas registradas do capitalismo do final do século XIX e começo do século XX, até a eclosão da Primeira Guerra.

A Grande Guerra foi um terremoto que abalou os fundamentos da economia, da sociedade e sacudiu ambiente cultural da Europa. O abalo foi devastador. Soçobraram as fantasias que as classes dominantes tinham a respeito de seus valores e convencimentos e as ilusões que embalavam as classes subalternas nos respeitos às classes dominantes e dirigentes.

Em *As Consequências Econômicas da Paz*, as reflexões de Keynes derramadas nos capítulos que cuidam da Europa antes e depois da guerra, são uma tentativa de demonstrar a insubsistência dos pressupostos que sustentaram a Ordem Liberal Burguesa da *belle époque*. A insistência em tentar reanimá-los - sobretudo a insistência na volta ao padrão-ouro - só daria sustentação e fôlego à restauração das rivalidades e dos conflitos.

No livro, Keynes eviscerou o Tratado de Versailles e apontou a miopia dos vencedores que concentraram suas demandas na destruição econômica e social da Alemanha ao exigir as reparações, ao mesmo tempo em que submetiam o país vencido ao esmagamento de sua capacidade econômica. Entre os leitores da obra estava Sigmund Freud, que se tornou um admirador do talento de Keynes ao descrever o jogo das personalidades na Conferência: o francês Clemenceau, o americano Wilson e o britânico Lloyd George.

3. Keynes em seu Tempo

Em sua obra-prima *Cultura e Sociedade*, Raymond Williams escreve um capítulo esclarecedor sobre os ensaios de John Stuart Mill redigidos entre 1838 e 1840. Stuart Mill faz um esforço para conciliar as divergências entre o utilitarismo de Jeremy Bentham e o idealismo de Samuel Taylor Coleridge, em um momento em que o utilitarismo sofria uma forte reação crítica.

Nos estertores do século XVIII já proliferavam as críticas aos males do industrialismo. As críticas e os clamores ecoavam duas vozes antitéticas: uma ecoava as resistências do conservador, adversário feroz da Revolução Francesa e da democracia, Edmond Burke; a outra enunciava as revoltas do panfletário radical William Cobbet. Entre o final do século XVIII e o começo do XIX, eles se sucederam nas denúncias dos males produzidos pela Revolução Industrial e por suas consequências sociais e políticas. A despeito de suas diferenças, o ultraconservador Burke e o radical Cobbet investiram contra os desajustes provocados pelo caráter revolucionário da indústria e as formas de convivência nascidas do surgimento da classe trabalhadora industrial.

Assentada sobre suas bases materiais, a economia da indústria promoveu a nova sociabilidade, aquela amparada nas realidades do assalariamento generalizado e nas aspirações de liberdade e de autonomia individual.

Na mesma toada, o industrialismo capitalista suscitou o desenvolvimento da metrópole, tabernáculo da modernidade, cuja efervescência cultural exprimia as dissonâncias entre os prodígios da riqueza material e as misérias sociais. A crença na ideia de Progresso inscrita nos pórticos do século XIX encontrou-se com as interrogações expostas nas obras de Balzac, Dickens, Baudelaire, Flaubert e Zola.

Keynes nasceu em 1883, o ano da morte de Karl Marx. Já no início do século XX, quando o jovem Keynes deixava Eton para estudar em Cambridge, a Inglaterra se contorcia entre as lembranças das glórias imperiais da Era Vitoriana e a sensação de decadência que marcou a Era Eduardiana. Admitido em 1903 nos Apóstolos, o sodalício secreto dos livre-pensadores de Cambridge, Keynes tornou-se secretário da sociedade dois anos depois. Ficou conhecido por sua impaciência com os talentos medianos e pela arrogância com que tratava os pretendentes².

Neste momento, prospera o socialismo Fabiano do casal Webb, Sidney e Beatrice, com franca adesão de George Bernard Shaw. Da mesma explosão antivitoriana emergiu o movimento sufragista. Esse movimento social não se restringia ao direito de voto das mulheres, mas envolveu a luta social pela igualdade de direitos, tema que foi abraçado por Keynes em sua permanente rebelião contra a moral vitoriana. O movimento sufragista contou com a participação ativa de Florence Ada Keynes, a mãe de John Maynard.

Nos Apóstolos e no ambiente do Bloomsbury Group, Keynes desenvolveu suas concepções da vida social e da condição humana. Na juventude Keynes abraçou a filosofia moral inspirada no idealismo de Samuel Coleridge e no platonismo de G. E. Moore.

No artigo *Minhas Primeiras Crenças*, publicado em 1938, Keynes (1938, p.447-48) faz uma exposição brilhante do platonismo de Moore, mas termina por confessar os pecados dessa filosofia moral:

Estávamos entre os primeiros a escapar do benthamismo. Mas éramos os herdeiros impenitentes e os últimos defensores de outra heresia oitocentista. Estávamos entre os últimos dos utopistas, ou melhoristas, como às vezes são chamados aqueles que acreditam em um progresso moral contínuo pela virtude de que a raça humana já consiste em pessoas confiáveis, racionais, decentes, influenciadas pela verdade e padrões objetivos, que podem ser seguramente libertadas das restrições externas das convenções e dos padrões tradicionais e das regras inflexíveis de conduta, e deixadas, de agora em diante, às suas próprias capacidades sensoriais, motivações puras e intuições confiáveis do bem. A visão de que a natureza humana é racional tinha, em 1903, uma longa história por trás dela. Ela calçava a ética do auto-interesse – auto-interesse racional, como era chamado – tanto quanto a ética universal de Kant ou Bentham que visava o bem comum; isto porque, à medida que o auto-interesse era racional, se supunha que os sistemas egoístas e altruístas conduziram, na prática, às mesmas conclusões... Não era apenas que intelectualmente erámos pré-freudianos, mas nós tínhamos perdido algo que nossos antecessores tinham sem substituí-lo.

Essa digressão pode ser entendida como uma autocrítica cruel das *primeiras crenças*: a fuga do individualismo utilitarista atolou no pântano do individualismo platônico enclausurado nas abstrações dos “estados mentais” de Moore do bom, do bem e do belo. Em *Minhas*

² Os Apóstolos nasceram em Cambridge em 1820 sob o nome de Cambridge Conversazione Society, composta de 12 membros, recrutados conforme critérios indefinidos e aplicados de forma secreta.

Primeiras Crenças, Keynes (1938, p.445) sintetiza os efeitos do choque causado pela Grande Guerra sobre as consciências da contra-elite inglesa acantonada em Bloomsbury: “*Existíamos no mundo dos Diálogos de Platão; não tínhamos alcançado a República, muito menos As Leis.*”.

As abstrações do *Ideal* de Moore desmancharam-se diante dos horrores da vida concreta revelados pela guerra. Em suas palavras (1938, p.447):

Não estávamos conscientes de que a civilização era uma crosta fina e débil construída pela personalidade e pela vontade de alguns poucos, e sustentada apenas por regras e convenções habilmente transmitidas e engenhosamente preservadas.

Essa foi reviravolta espiritual que persistirá como fundamento filosófico e metodológico da obra econômica de Keynes: das fantasias individualistas e racionalistas do *Principia Ethica*, para os cruéis labirintos da história, da temporalidade e da incerteza.

Já no *Treatise on Probability*, Keynes buscava os fundamentos de uma teoria das probabilidades marcada pela diferença entre o mundo físico e o mundo moral. Nele, Keynes rejeita as tentativas de substituição do enunciado determinista, linear e uniforme das leis da ciência clássica pela versão probabilística que pretendia enunciá-las em termos “atomísticos”, atribuindo valores calculáveis a eventos independentes. Para ele, não é legítimo supor que os eventos do mundo social e moral, onde se efetuam as avaliações econômicas, possam ser objetos de um cálculo matemático, como se tratasse da atribuição de probabilidades numéricas a um jogo de dados. No mundo social e moral, as probabilidades estão condicionadas ao “peso do argumento”, o que envolve uma avaliação qualitativa das circunstâncias históricas e concretas em que são tomadas as decisões humanas.

Maynard terminou por abraçar a crença de que a sociedade e o indivíduo são produtos da tradição e da história. – “regras e convenções habilmente transmitidas e engenhosamente preservadas”. Tinha horror ao igualitarismo utilitarista de Bentham. Por isso, continuou a cultivar os valores de uma irreverente moral antivitoriana e não abandonou o princípio da sociedade como *unidade orgânica* ao tratar dos fenômenos do mundo moral. Depois da guerra e de Versailles, Maynard acentuou sua rejeição do liberalismo vitoriano.

No seu célebre artigo de 1926, *O Fim do Laissez-Faire*, John Maynard Keynes faz uma apresentação, ao mesmo tempo erudita e cruel, das incongruências entre a ideologia do liberalismo econômico puro e duro e as novas realidades construídas pelo incessante movimento de transformação do capitalismo. Irreverente, ridicularizou a vulgarização do ideário liberal exposto nas *Lições Simples para o Uso dos Jovens*, panfleto que a Sociedade para a Promoção do Conhecimento Cristão do Arcebispo Whately “*distribuía indiscriminadamente*”. As tais *Lições* predicavam aos jovens ensinamentos inefáveis:

Provavelmente, deve causar mais dano do que bem qualquer interferência do governo nas transações monetárias dos homens, seja emprestando e tomando emprestado, ou comprando e vendendo qualquer coisa’.

A verdadeira liberdade é

[...] que cada homem deveria ser deixado livre para dispor de sua própria propriedade, de seu próprio tempo, de sua própria força e habilidade, qualquer que seja a maneira que ele julgar adequada, desde que não prejudique seus vizinhos. (Keynes, 1926, p.280).

Keynes (1926, p.280) fulminou:

Em suma, o dogma se apropriou da matriz educacional. Tornou-se um receituário de manual. A filosofia política que os séculos XVII e XVIII forjaram para derrubar reis e prelados se converteu em leite para bebês e, literalmente, adentrou o quarto das crianças.

Na mesma toada, ele vergastou a ideia de que a busca do interesse privado levaria necessariamente ao bem estar coletivo. Em suas próprias palavras (1926, p.288):

Não é uma dedução correta dos princípios da teoria econômica afirmar que o egoísmo esclarecido leva sempre ao interesse público. Nem é verdade que o auto-interesse é, em geral, esclarecido.

Como seus amigos de Bloomsbury, Keynes era intolerante com a hipocrisia das classes dominantes, mas guardava uma distância aristocrática em relação às classes subalternas. Desejava a igualdade, mas repudiava o igualitarismo que atribuía aos benthamitas e marxistas que, segundo ele, também eram filhos do utilitarismo e do “vício ricardiano”.

Neste particular, Keynes não estava distante de Bernard Shaw, cujo socialismo era ostensivamente avesso às massas brutalizadas pelas inclemências da vida urbana engendradas pelos atropelos do capitalismo manchesteriano.

Ao justificar sua adesão ao Partido Liberal (*Am I a liberal?*), Keynes revela seus preconceitos contra a sociedade de massas e sua democracia. Ele se pergunta (1925, p.295):

Qual é a verdadeira repulsa que me mantém afastado do Partido Trabalhista? Eu não posso explicar isso sem abordar minha posição fundamental. Eu acredito que no futuro, mais do que nunca, questões sobre a estrutura econômica da sociedade serão de longe os temas políticos mais importantes. Eu acredito que a solução correta envolverá elementos intelectuais e científicos que estarão acima da compreensão da vasta massa de eleitores mais ou menos iletrados. Agora, numa democracia, todo partido depende dessa massa de eleitores cuja capacidade de compreensão é baixa, e nenhum partido atingirá o poder sem ganhar a confiança desses eleitores através de sua persuasão em termos gerais, seja no tocante à intenção de promover seus interesses ou de gratificar suas paixões.

Esses valores e preconceitos não o impediram, senão o empenharam na batalha para a redução da influência do econômico na vida dos cidadãos e na luta pela ampliação no avanço do aperfeiçoamento do indivíduo. Keynes, como Shaw, acreditava que o futuro estava reservado para uma sociedade de indivíduos “esclarecidos” capaz de realizar as promessas da liberdade, autonomia e aperfeiçoamento do homem moderno. Na nova sociedade, como na república de Platão, as vulgaridades das massas e a acumulação de riqueza material estariam sob o controle dos sábios e não submetida aos caprichos e azares, vulgaridades do mercado e de seus protagonistas ignorantes.

Em um trecho da resenha crítica ao livro *The World Of William Clissold*, de H. G. Wells, Keynes revela que Wells recomendava o recrutamento dos revolucionários na Direita e não na Esquerda. Segundo ele (1927b, p.319):

Devemos persuadir esse tipo de homem, que agora se diverte criando grandes negócios, de que coisas maiores o esperam e o divertirão ainda mais. Esta é a ‘Conspiração Pública’ de Clissold. A direção de Clissold é a Esquerda. Muito à Esquerda. Mas, ele precisa buscar na Direita a força criativa e a determinação construtiva que o levarão para lá. Ele (Clissold) se descreve como temperamental e fundamentalmente um Liberal. No entanto, o Liberalismo político precisa morrer para nascer de novo com traços mais firmes e desejos mais claros.

Os últimos parágrafos da resenha do livro de Wells, realizada por Maynard, combinam ironia e desencanto. Keynes se indaga porque os homens práticos, como *Clissold*, acham mais divertido ganhar dinheiro ao invés de participar de uma conspiração. Responde (1927b, p.320): “[...] eles flutuam em torno do mundo buscando algo em que possam grudar sua libido abundante. Mas não encontram. Eles gostariam de serem apóstolos. Mas não podem. Permanecem homens de negócios.”

Publicado em 1930, na revista *Nation and Atheneum*, e republicado em 1931, nos *Essays in Persuasion*, no artigo *As Possibilidades Econômicas de Nossos Netos* Keynes pretendia superar o pessimismo que afligia os tempos da Grande Depressão. Tempos açoitados pela derrocada econômica, pelo desespero social e pela turbação política.

No seu estilo peculiar, avesso aos cacoetes da linguagem usual dos economistas, Keynes desenha as possibilidades econômicas dos próximos cem anos. Em sua visão, impulsionada pelo avanço tecnológico e pela rápida acumulação produtiva, o capitalismo criou as condições para a superação das limitações impostas milenarmente à satisfação das necessidades humanas básicas. Essa vitória sobre a escassez acenou com a fruição de uma vida boa, moral e culturalmente enriquecedora para homens e mulheres. Mas, em sua maníaca obsessão pela acumulação monetária, o capitalismo cria tantos problemas quanto os que consegue resolver. A admirável “criatividade” produtiva e tecnológica não consegue realizar a promessa da vida boa. Os poderes que o convocam à produção da abundância são os mesmos que submetem as criaturas humanas ao vício do consumismo, à permanente insatisfação das necessidades ilimitadas, aos grilhões do impulso insaciável da acumulação de riqueza monetária.

Nesse texto perturbador para o *ethos* da sociedade aprisionada nas engrenagens da concorrência, Keynes (1930, p.328-29) escreveu:

Não há nenhum país, nenhum povo que possa vislumbrar a era do tempo livre e da abundância sem um calafrio. Pois fomos educados para o esforço aquisitivo e não para fruir [...]. Se avaliarmos o comportamento e as realizações das classes abastadas de hoje, as perspectivas são deprimentes! [...] Os que dispõem de rendimentos diferenciados, mas não possuem deveres ou laços, falharam, em sua maioria, de forma desastrosa no encaminhamento dos problemas que lhes foram apresentados [...]. Devemos abandonar os falsos princípios morais que nos conduziram nos dois últimos séculos. Eles colocaram as características humanas mais desagradáveis na posição das mais elevadas virtudes.

O “amor ao dinheiro”, dizia Keynes, é o sentimento que move o indivíduo na economia capitalista, vale dizer, na economia monetária da produção. A acumulação de riqueza é socialmente benfazeja quando capaz de viabilizar o progresso material das comunidades e a disseminação dos confortos e facilidades da vida moderna. Mas, fator de progresso e de mudança social, “*the love of money*” termina por degenerar em vício e tormento para o homem moderno.

4. O capitalismo de Keynes e a demanda efetiva

Nos textos preparatórios da Teoria Geral, manuscritos publicados tardiamente no volume XXIX dos *Collected Writings*, Keynes (1933, p.63-4) escreveu:

[...] a organização econômica da sociedade consiste, de um lado, em um número de firmas ou empreendedores que possuem equipamento de capital e comando sobre os recursos sob a forma de dinheiro, e, de outro, em um número de trabalhadores buscando emprego. Se a firma decide empregar trabalhadores para usar o equipamento de capital e gerar um produto, ela deve ter suficiente comando sobre o dinheiro para pagar os salários e as matérias-primas que adquirem de outras firmas durante o período de produção, até o momento em que o produto seja convenientemente vendido por dinheiro.

A economia empresarial imaginada por Keynes funciona de acordo com o circuito dinheiro-mercadoria-mais dinheiro, D-M-D', sendo $D' = D + \Delta D$, segundo ele (1933, p.81) “*a profícua descoberta de Karl Marx*”. O objetivo da produção no capitalismo de Keynes não é a maximização do produto apropriado pelos empresários, mas, sim, a maximização do lucro monetário, o que pode coexistir com produto menor. Em suas palavras (1933, p.82): “O empresário está interessado, não no volume de produto, mas no valor monetário que vai cair

em suas mãos, mesmo se a esse lucro corresponda um volume de produto menor do que antes.”.

Os que se consideram herdeiros da tradição keynesiana dão pouca atenção às conexões que Keynes estabelece na constituição da economia empresarial-capitalista entre a divisão social do trabalho, a propriedade privada dos meios de produção e o caráter eminentemente monetário da economia. Nela, os bancos e demais instituições financeiras desempenham funções essenciais na administração da moeda e do crédito. Uma economia capitalista, assim, não pode existir sem dinheiro, sem um sistema de crédito desenvolvido, tratando-se, pois, de uma economia de endividamento. O sistema de crédito viabiliza a ampliação dos lucros (Belluzzo e Almeida, 1999).

A fórmula da circulação do capital utilizada nos manuscritos de 1933 tem o propósito de afirmar o caráter *originário* do gasto monetário capitalista, num duplo sentido, a saber: i) uma classe social tem a faculdade de gastar acima de sua renda corrente; e ii) esta decisão cria um espaço de valor (a renda nominal), mediante o pagamento dos salários sob a forma monetária.

Ao contrário da lei de Say, segundo a qual a oferta cria a sua própria demanda, para Keynes é o gasto que cria a renda. Assim, o que permite ao capitalista gastar acima de sua renda corrente é a existência - na economia monetária da produção - do sistema bancário e do crédito, capaz de “adiantar” liquidez para suportar as decisões de gasto dos empreendedores. Com efeito, o investimento pode ser realizado sem a existência de poupança prévia, sendo inclusive o determinante da poupança via processo multiplicador da renda.

As decisões de demanda efetiva levam em conta, simultaneamente, as expectativas empresariais a respeito do consumo corrente e da produção corrente de bens de capital (investimento). Na Teoria Geral, sob a ótica da hierarquia das decisões que sustenta a hipótese da demanda efetiva, Keynes volta a trabalhar com os dois departamentos já utilizados nas “equações fundamentais” do Tratado da Moeda: o que produz bens de consumo e aquele destinado à produção de bens de investimento. Os departamentos estão contemplados nos conceitos que ele (1936a, p.43) denomina de “*expectativas de curto prazo e expectativas de longo prazo*”.

A construção do princípio da demanda efetiva supõe, pois, um tratamento não convencional das relações entre oferta e demanda: o preço de oferta agregada é definido como a *expectativa* de receitas - deduzidos os custos dos fatores - que os empresários esperam receber, caso ofereçam (nos dois departamentos) um determinado volume de emprego e um dado nível de ocupação da capacidade instalada. A demanda efetiva, dessa forma, é *imaginada* pelos empresários a partir das expectativas de rendimentos - deduzido o *custo de uso*³ - que esperam receber dos gastos em consumo e investimento por parte da comunidade.

A demanda efetiva é um conceito fundado no “estado de expectativas” dos que decidem a produção nos dois departamentos. Não se confunde, portanto, com o que se convencionou chamar de demanda agregada, um conceito-resultado. A intersecção entre as funções de oferta e demanda determina um ponto em que se *efetivam* as decisões dos empresários-capitalistas, a partir de certo estado de expectativas. Esse ponto se desloca ao longo da curva de “demanda efetiva” diante das mudanças das avaliações empresariais. Na realidade, Keynes está afirmando a interdependência entre oferta e demanda na economia capitalista submetida ao controle das decisões por uma categoria social.

³ Custo de uso diz respeito ao sacrifício que faz o empresário ao utilizar o seu equipamento em vez de deixá-lo inativo. Essa avaliação está submetida também ao princípio da incerteza.

No artigo *A Teoria Geral do Emprego* de 1937, Keynes responde às questões suscitadas por Jacob Viner, expondo de maneira clara o processo de geração da renda em uma economia capitalista. Segundo ele (1937, p.177), na “economia como um todo”:

[...] as rendas são geradas, em parte, por empresários que produzem para investimento e, em parte, por sua produção para o consumo. A quantidade que é consumida depende do montante da renda assim gerada. Portanto, a quantidade de bens de consumo que compensará aos empresários produzir depende da quantidade de bens de investimento que eles estão produzindo. Se, por exemplo, o público tem o hábito de gastar nove décimos de sua renda na compra de bens de consumo, disso resulta que, se os empresários tivessem de produzir bens de consumo a um custo maior do que nove vezes o custo dos bens de investimento que estão produzindo, alguma parte de sua produção não poderia ser vendida a um preço que cobrisse os custos de produção. Isto porque os bens de consumo colocados no mercado teriam de custar mais do que nove décimos da renda agregada do público e, portanto, excederia a procura de bens de consumo que, por hipótese, é de apenas nove décimos. Assim, os empresários sofrerão um prejuízo até reduzirem sua produção de bens de consumo a um montante que não exceda nove vezes sua produção corrente de bens de investimento.

Neste artigo, respondendo às interpelações de Viner, Keynes afirma que sua indagação central diz respeito à influência que uma flutuação do investimento terá sobre a procura da escala da produção e do emprego “como um todo”. Não se trata de investigar qual o montante de investimento necessário para “ajustar” a demanda agregada à oferta. Esta forma de colocar a questão é a “mãe solteira” do keynesianismo bastardo.

Keynes prossegue, advertindo que, naturalmente, o exemplo é demasiado simples para exprimir toda a complexidade do fenômeno. Mas insiste (1937, p.177) na ideia de que “há sempre uma fórmula, mais ou menos deste tipo, vinculando a produção de bens de consumo que vale a pena produzir à produção de bens de investimento; e eu atentei para isso em meu livro sob a denominação de ‘multiplicador’.” Devem ser sublinhadas, neste trecho, três proposições, a saber: i) a renda é criada pelo gasto capitalista na produção de bens de investimento e de bens de consumo; ii) os gastos de consumo dependem do montante da renda; e iii) o investimento é a variável determinante do processo de ajustamento da renda e, portanto, da capacidade de consumo do assim chamado “público”.

Dessa forma, o princípio da demanda efetiva não depende, em qualquer sentido, de uma suposição de insuficiência do consumo ou, reversivamente, de uma hipótese de “excesso” de poupança. Keynes (1936b, p.210) rejeitou ambas, de forma peremptória, numa carta a Hobson de fevereiro de 1936:

A aparente insuficiência do consumo, nesta circunstância, não é realmente devida a uma ausência da capacidade de consumo, senão ao declínio das rendas. Este declínio das rendas é devido ao declínio do investimento ocasionado pela insuficiência dos rendimentos do novo investimento quando comparado com a taxa de juro. Assim, o declínio do investimento, reduzindo as rendas abaixo do normal, aparenta produzir um excesso de bens de consumo. Mas, da mesma forma que a aparência de superinvestimento não significa efetivamente a existência de superinvestimento de um ponto de vista social, também o aparente excesso de bens de consumo não representa um excesso verdadeiro sobre o que deveria ser a capacidade social de consumo. Se medidas são tomadas para aumentar o investimento, o efeito disso sobre a renda elevará a demanda até o ponto em que desapareça essa aparente redundância.

A demanda efetiva é um conceito *ex-ante* e essa caracterização é afirmada por Keynes em sua resposta ao economista sueco Bert Ohlin. Aí Keynes reafirma o “genuíno” caráter *ex-ante* da decisão de investimento e rejeita, mais uma vez de forma peremptória, a ideia de

necessidade de poupança *ex-ante* para a viabilização do investimento. Keynes formula o conceito de “propensão a consumir” justamente com o propósito de subordinar o consumo (e a poupança) à evolução da renda. Consumir (e poupar) é decisão que afeta o “público” a partir da renda formada pelo gasto empresarial. Aos empresários cabem as decisões cruciais de gasto, seja para colocar em operação o estoque de capital existente (produção corrente e curto prazo), seja para ampliar a capacidade produtiva mediante o investimento (longo prazo). Com isso, Keynes estabelece uma hierarquia de decisões entre empresários possuidores dos meios de produção e com acesso ao crédito e o “público” que depende daquelas decisões para fruir a renda e o consumo.

Nesse sentido, ele sustenta que a poupança é um “ato negativo”, pois quem decide “poupar” uma parte de sua renda corrente com o objetivo de aumentar o seu estoque de riqueza privada tem a pretensão de utilizá-lo como um *poder social* na captura de uma fração maior do valor abstrato em processo de criação. Na hipotética economia fechada, quanto maior a propensão a poupar das famílias, menor será a receita das empresas que produzem bens de consumo, com declínio do emprego e da renda do setor. Ademais, maior será o endividamento de empresas e trabalhadores, para não falar do desemprego. Isto significa que, do ponto de vista da produção como um todo, é logicamente impossível um aumento da poupança agregada nessas circunstâncias.

As poupanças decorrentes do novo fluxo de renda ampliam o estoque já existente de direitos sobre a renda e a riqueza, constituindo o *funding* novo do sistema bancário e/ou do mercado de capitais, para a viabilização da consolidação financeira das dívidas assumidas pelos empresários para a realização do investimento. O sistema bancário, em razão de sua capacidade de criar moeda escritural, têm a capacidade de disponibilizar a liquidez para viabilizar os gastos dos empresários em bens de investimento e bens de consumo.

A decisão de investir é complexa porque requer a avaliação das várias dimensões e formas da riqueza nova que se imagina criar. No caso da aquisição de um bem de capital, a nova riqueza é materialmente definida, ou seja, serve (“facilita”, segundo a expressão utilizada por Keynes) à produção de determinado bem (ou bens). O desejo de criá-la não é, por isso, um desejo abstrato de “possuir mais riqueza”, como no ato de poupar. Da posse de um novo bem de capital, o empresário espera um rendimento provável descontado à taxa monetária de juro (de longo prazo) determinada no mercado secundário de títulos, decorrente da disputa entre ursos (baixistas) e touros (altistas).

Do ponto de vista keynesiano, a relação entre poupança e investimento envolve uma questão moral e prática, inscrita na própria ética auto-alegada do capitalismo. Os valores capitalistas celebram a iniciativa e o mérito. O empresário investidor salta os abismos da incerteza para aumentar a sua riqueza, em termos monetários, tendo como subproduto a elevação da renda e do emprego da comunidade. O poupador, por sua vez, em uma atitude individualista e antissocial, se refugia na posse de ativos mais ou menos líquidos – em momentos de ruptura do estado geral de expectativas e alta incerteza, na própria moeda, frise-se.

5. Moeda, mercados de riqueza e instabilidade

No mesmo artigo mencionado, *A Teoria Geral do Emprego*, de 1937, Keynes discute as concepções de dinheiro dos economistas clássicos. Para ele, os clássicos deixaram de sublinhar as duas funções cruciais do dinheiro numa economia monetária: enquanto numerário, o dinheiro denomina o valor monetário de bens, serviços e contratos; enquanto “reserva de valor”, o dinheiro é a forma final de acumulação de riqueza no capitalismo. Dissera Maynard (1937, p.173): “Nosso desejo de manter o dinheiro como reserva de valor constitui um barômetro do grau de nossa desconfiança e de nossos cálculos e convenções quanto ao

futuro". Em seguida, Keynes revela as origens freudianas do "amor ao dinheiro". Ainda de acordo com ele (1937, p.173):

Embora este sentimento em relação ao dinheiro também seja convencional e instintivo, ele atua, por assim dizer, no nível mais profundo de nossa motivação. Ele se enraíza nos momentos em que se enfraquecem as mais elevadas e as mais precárias convenções. A posse do dinheiro real tranquiliza a nossa inquietação; e o prêmio que exigimos para nos separar dele é a medida do grau de nosso desassossego.

O prêmio que exigimos para nos separar do dinheiro é a taxa de juros, "medida de nossa inquietação". As decisões capitalistas supõem, portanto, a *arbitragem* permanente entre o presente e o futuro. Só desse ponto de vista é possível compreender o quase enigmático capítulo XVII da Teoria Geral, onde Keynes apresenta e desenvolve o conceito de *taxa própria* de juro dos ativos. A taxa própria de juro de um ativo de capital reprodutivo é o fluxo líquido de rendimentos, medidos em termos de si mesmo, que a sua utilização pode proporcionar ao longo de sua vida útil. Keynes, dessa forma, desenvolveu uma teoria de escolha de ativos nesse capítulo, mostrando que as taxas próprias de juros de todas as classes existentes de ativos tendem à convergência, via processo de arbitragem, mas a partir de diferentes graus de liquidez.

No capítulo XII da Teoria Geral, Keynes cuidou da psicologia de massas que infesta os mercados "organizados", frequentemente açoiados por violentas oscilações entre euforia e desilusão. Em suas palavras (1936a, p.114):

Este é o resultado inevitável dos mercados financeiros organizados em torno da chamada 'liquidez'. Entre as máximas da finança ortodoxa, seguramente nenhuma é mais antissocial que o fetiche da liquidez, a doutrina que diz ser uma das virtudes positivas das instituições investidoras concentrar seus recursos na posse de valores 'líquidos'.

A demanda capitalista pode se concentrar no dinheiro, ou em ativos com alto grau de liquidez já existentes que possuem elasticidades muito baixas (ou nulas) de produção e de substituição. Essa demanda *não é efetiva* no sentido da ampliação dos níveis de produção e emprego, pois não suscita a contratação de novos trabalhadores para satisfazê-la.

A taxa monetária de juro é uma das variáveis independentes do "modelo" construído na Teoria Geral, juntamente com a propensão marginal a consumir e a eficácia marginal do capital. Formada nos mercados "organizados" que transacionam ativos com diferentes graus de liquidez, a taxa de juro monetária juntamente com a eficácia marginal do capital e a propensão a consumir exprimem o "estado de confiança" dos possuidores de riqueza. Independentemente das transformações "institucionais" que a economia monetária da produção possa sofrer em suas configurações históricas, não há como escapar da função "reguladora" dos mercados que avaliam os direitos de apropriação da renda e da riqueza, estabelecendo *as condições* em que se organiza e se efetua o processo de valorização na esfera produtiva. A taxa de juros exprime, em cada momento, a maior ou menor preferência do "público" pela posse, agora, da forma geral da riqueza.

As convenções desempenham um papel fundamental na economia monetária da produção. Esse papel é especialmente importante na formação de preços dos ativos, reais e financeiros – que descontam seus rendimentos esperados à taxa monetária de juros submetida às oscilações da preferência pela liquidez. Estas decisões intertemporais não têm bases firmes, isto é, não há "fundamentos" que possam livrá-las da incerteza.

Tal como Marx, que falava do fetichismo das mercadorias e do dinheiro como decorrentes das relações sociais que necessitam de "ilusões necessárias", Keynes refugava o

individualismo grosseiro embutido na suposição do *homo economicus*, racional e maximizador da utilidade. Ao introduzir as convenções como “fundamentos” das decisões dos detentores de riqueza em condições de incerteza radical, Keynes trouxe para o âmago da economia a complexidade e precariedade da condição humana, agora investida em sua existência capitalista: ela necessita âncoras sociais e subjetivas para sua reprodução. A âncora que sustenta as ariscas subjetividades submetidas aos ditames do “amor ao dinheiro” está lançada, sim, na areia movediça das incertezas insuperáveis da vida humana, em sua forma capitalista. Keynes introduz na teoria econômica, assim, as relações complexas entre Estrutura e Ação, entre papéis sociais e sua execução pelos indivíduos convencidos de sua liberdade e autodeterminação.

As convenções são as “leis naturais” da natureza do capitalismo e sua “natureza” impõe a continuada violação dessas leis. O comportamento rotineiro garante o “equilíbrio” da economia monetária da produção, mas sua dinâmica exige o rompimento das condições existentes, tal como Schumpeter advogava na Teoria do Desenvolvimento Capitalista: o empresário inovador e o crédito rompem o fluxo circular e desatam o ciclo de expansão da economia.

6. Epílogo

Keynes escreveu a Teoria Geral para explicar um momento de “ruptura de expectativas”. Nas crises, ocorre o colapso dos critérios avaliação da riqueza que vinham prevalecendo. As expectativas capitulam diante da incerteza e não é mais possível precificar os ativos. Os métodos habituais que permitem avaliar a relação risco versus rendimento dos ativos sucumbem diante do medo do futuro. A obscuridade total paralisa as decisões e nega os novos fluxos de gasto. Em tais circunstâncias, a tentativa de redução do endividamento e dos gastos de empresas e famílias em busca da liquidez e do reequilíbrio patrimonial é uma decisão “racional” do ponto de vista microeconômico, mas altamente danosa para o conjunto da economia, pois leva necessariamente à ulterior deterioração dos balanços patrimoniais dos atores econômicos.

O economista Winney Godley partiu da macroeconomia keynesiana para construir o modelo no qual os “fluxos de fundos” têm contrapartidas nas mudanças de composição nos estoques: ativos de um lado, dívidas e direitos de propriedade (ações) de outro. As famílias adquirem, ao longo do tempo, depósitos à vista, títulos do governo, ações e títulos de dívida emitidos pelas empresas. São formas incontornáveis de acumular riqueza em uma economia monetária. As empresas emitem ações e se endividam junto aos bancos e demais instituições dos mercados financeiros para colher os fundos necessários para o financiamento de suas atividades – aquelas necessidades que excedem os lucros retidos. Os governos financiam os gastos emitindo letras e bônus do Tesouro, em estreita cooperação com os bancos centrais que regulam as condições de liquidez do mercado monetário com a recompra diária dos papéis elegíveis, quer do governo quer do setor privado.

Os bancos comerciais e demais instituições financeiras operam no espaço criado pela atuação dos bancos centrais e regulam a oferta de crédito para o setor empresarial não financeiro, amparados na criação de moeda e no endividamento junto aos mercados monetários atacadistas. A utilização dos haveres das famílias, incluídos os depósitos à vista, assim como o financiamento das empresas, supõe a óbvia necessidade de um sistema bancário incumbido de gerir a riqueza social, expressa na prerrogativa de disponibilizar liquidez mediante a criação de moeda. Tem-se, pois, que é impossível compreender a dinâmica da economia capitalista sem entender as relações de determinação que configuram e reconfiguram as

interrelações entre os balanços dos “atores relevantes”, a saber, bancos (e quase-bancos), empresas, famílias, governos e setor externo.

Na crise, a riqueza concentra-se na posse do dinheiro em si ou de substitutos próximos a ele, como os títulos da dívida pública. Essa corrida privada para as formas fetichizadas, mas socialmente necessárias, do valor e da riqueza, afeta negativamente a valorização e a reprodução da verdadeira riqueza social, ou seja, a demanda por ativos reprodutivos e por trabalhadores. Diante da busca coletiva pela liquidez, os preços inflados dos direitos sobre a riqueza real - ações e dívidas privadas - despencam e, não raro, arrastam os preços de bens e serviços para baixo.

Por isso, para Keynes a estabilização do investimento e a regulação da finança - com o propósito de impedir as flutuações agudas da renda e do emprego - deveriam estar inscritas de forma permanente nas políticas do Estado. A propósito das políticas de pleno emprego, diz ele (1943, p.326) em uma resposta a James Meade: *“Você acentua demais a cura e muito pouco a prevenção. A flutuação de curto prazo no volume de gastos em obras públicas é uma forma grosseira de cura, provavelmente destinada ao insucesso”*.

A geração de déficits públicos monumentais e as políticas exasperadas de liquidez são “formas grosseiras” e danosas de sustentação do lucro macroeconômico e de proteção dos portfólios privados. A isso se resume o “keynesianismo” dos cobiçosos da finança e dos bonecos de ventríloquo do mercadismo. Empenhados, com suas arengas ineptas e interesseiras, em satanizar a intervenção preventiva do Estado, lançaram na crise de 2008 a economia global na voragem da desconfiança e do desespero.

Diante da fuga desatinada para a liquidez e para a segurança, tornam-se inevitáveis o desequilíbrio fiscal, a ampliação do espectro de ativos privados a serem absorvidos pelos balanços dos bancos centrais e o crescimento da dívida pública na composição dos patrimônios privados. Resta torcer para que essas “formas grosseiras” impeçam o avanço do “credit crunch”, o aprofundamento da deflação de ativos e a queda ainda maior da produção e do emprego.

Referências

- Belluzzo, L. G. de M.; Almeida, J. S. G. de. (1999) “Enriquecimento e produção: Keynes e a dupla natureza do capitalismo” In: L. F. de Paula e J. Sicsú (orgs.) *Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus. 247-257.
- Elias, N. (1939/1993) *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Heckscher, E. (1931/1934) *Mercantilism*. Londres, United Kingdom: Routledge.
- Hynes, S. (1968/1991). *The Edwardian turn of mind*. Londres: Pimlico.
- Hobsbawm, E. (1962/1996) *Age of Revolution: 1789-1848*. Nova York: Vintage Books.
- Keynes, J.M. (1919/1978) “The economic consequences of the peace”. In: E. Johnson e D. Moggridge (orgs.) *The collected writings of John Maynard Keynes* v. II. Cambridge, UK: Cambridge University Press for the Royal Economic Society.
- Keynes, J.M. (1926/1978) “Essays in Persuasion”. In: E. Johnson e D. Moggridge (orgs.). *The collected writings of John Maynard Keynes*, v. IX. Cambridge, UK: Cambridge University Press for the Royal Economic Society.
- Keynes, J.M. (1927a/1978) “Activities 1922-1929: the return to gold and industrial policy” part 1. In: E. Johnson e D. Moggridge (orgs.). *The collected writings of John Maynard Keynes*, v. XIX. Cambridge, UK: Cambridge University Press for the Royal Economic Society.

- Keynes, J.M. (1927b/1978) Essays in Persuasion. In: E. Johnson e D. Moggridge (orgs.). *The collected writings of John Maynard Keynes*, v. IX. Cambridge, UK: Cambridge University Press for the Royal Economic Society.
- Keynes, J.M. (1930/1978) Essays in Persuasion. In: E. Johnson e D. Moggridge (orgs.). *The collected writings of John Maynard Keynes*, v. IX. Cambridge, UK: Cambridge University Press for the Royal Economic Society.
- Keynes, J.M. (1933/1978) The General Theory and after: a supplement. In: E. Johnson e D. Moggridge (orgs.). *The collected writings of John Maynard Keynes*, v. XXIX. Cambridge, UK: Cambridge University Press for the Royal Economic Society.
- Keynes, J.M.(1936a/1985) *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural (Os economistas).
- Keynes, J.M. (1936b/1978) The General Theory and after: a supplement. In: E. Johnson e D. Moggridge (orgs.) *The collected writings of John Maynard Keynes* v. XXIX. Cambridge, UK: Cambridge University Press for the Royal Economic Society.
- Keynes, J.M. (1937/1984) "A Teoria Geral do Emprego. In: T. Szmrecsanyi, *John Maynard Keynes: Economia*. 2. ed. São Paulo: Ática.
- Keynes, J.M. (1938/1978) "Essays in Biography". In: E. Johnson e D. Moggridge (orgs.). *The collected writings of John Maynard Keynes* v. X. Cambridge, UK: Cambridge University Press for the Royal Economic Society.
- Keynes, J.M. (1943/1978) "Activities 1940-1946: shaping the post-war world: employment and commodities". In: E. Johnson e D. Moggridge (orgs.). *The collected writings of John Maynard Keynes* v. XXIX. Cambridge, UK: Cambridge University Press for the Royal Economic Society.